

AGRICULTURA E INDÚSTRIA DO CHÁ NO BRASIL

Ruth Youko Tsukamoto *

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da tese de doutoramento concluída em 1994 que versou sobre “A teicultura no Brasil: subordinação e dependência. Pretendemos mostrar onde e como a cultura e industrialização do chá (preto e verde) está sendo desenvolvida no Brasil. O tema tem sua relevância pois ao estudar a relação agricultura e indústria poderemos entender até que ponto o produtor rural está atrelado ao capital industrial que por sua vez nos indica as transformações no uso da terra e nas relações sociais de produção de um dado território.

Três tipos de chá são produzidos no Brasil : a erva - mate (*ilex paraguariensis*), o chá preto (*camellia sinensis var.assamica*) e chá verde (*camellia sinensis var.sinensis*). Para a nossa pesquisa elegemos a produção de chá preto e verde, pois estes estão intimamente ligados aos imigrantes japoneses (introdutores do produto no Brasil, a nível comercial), ao mercado externo e a presença do capital internacional na industrialização deste produto. Esses tres elementos serão constantemente abordados durante o trabalho. A maior concentração da produção e industrialização está localizada numa das áreas mais carentes, economicamente, do Estado de São Paulo. Trata-se da porção sul do Estado denominada Vale do Ribeira. Os municípios de maior destaque são Registro, Pariquera-Açu e Tapiraí para o chá preto e São Miguel Arcanjo(SP) e Araucária(PR) para o chá verde.

Atualmente, o Brasil conta com 5000 hectares de área plantada e apresenta um volume de exportação por volta de 10.000 toneladas/ano. Tem um mercado externo consolidado mas em termos de consumo interno é muito inexpressivo se comparados com a Argentina e o Chile. Estes dois países apresentam um consumo interno significativo. Por outro lado, a Argentina é também produtora e exportadora de chá preto.

A estrutura produtiva no Vale do Ribeira Paulista se manteve nos moldes de pequena produção familiar até meados da década de 50 quando as relações sociais de produção se alteraram em função da nova postura destes empresários estrangeiros. Posteriormente, já na década de 70, a produção de chá verde passa a ser produzida por uma empresa japonesa mantendo relações estritamente capitalistas no campo. Em 20 anos houve uma re(ordenação) do território provocados pelo comportamento do comércio internacional e pelas relações de produção que passam a predominar na cultura do chá .

UM POUCO DA HISTÓRIA...

A primeira tentativa de introdução do chá no Brasil foi por D.João VI , na cidade do Rio de Janeiro. Em 1840 foi criada uma escola para o ensino da cultura do chá e sua industrialização na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais). A introdução desta cultura no Vale do Ribeira Paulista se deve aos imigrantes japoneses que se instalaram nos núcleos de Registro e Sete Barras (porção sul do Estado de São Paulo), nas primeiras décadas deste século. Os japoneses tem como hábito alimentar o consumo de chá verde e ao chegarem como imigrantes no Brasil

* Professora do Departamento de Geociências.Universidade Estadual de Londrina - Paraná - Brasil

sentiram a falta deste produto. Um dos pioneiros da colônia de Registro descobre um plantio de chá preto na cidade de São Paulo e realiza um experimento para produzir chá verde, apesar da variedade não ser adequada. A produção estava a nível experimental e, em pequena escala, somente para suprir as necessidades dos japoneses daquela comunidade. No início da década 30, este mesmo pioneiro, traz da Índia sementes apropriadas para a produção de chá preto com o intuito de expandi-la pois havia perspectivas de colocar o produto no mercado interno. A elite carioca e paulistana consumiam o chá preto importado na ordem de 40 toneladas/ano. Para tanto, novas tecnologias foram importadas do Japão, por intermédio do consulado japonês.

A expansão desta cultura bem como o aumento do número de pequenas indústrias domésticas ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, a Argentina que importava cerca de 4 a 5000 toneladas/ano dos países tradicionalmente produtores (Sri Lanka e Índia) foi afetada por problemas nas relações comerciais de nível mundial. Os produtores do Brasil que já haviam desenvolvido algumas técnicas de plantio e beneficiamento foram solicitados pelo governo argentino para suprir a falta do produto em seu país, transformando o espaço agrícola do Vale do Ribeira num verdadeiro “mar” de chá. O impulso para a expansão de área e aumento do número de pequenas indústrias domésticas ocorreram nesse período. Esse “boom” perdurou até o início da década de 50, quando a Argentina passou a cultivar chá, com sementes levadas do Brasil, incentivados pelo governo Perón. Com a perda desse mercado, o Brasil busca o mercado europeu, norte-americano e chileno.

As indústrias domésticas tornam-se obsoletas não conseguindo atender as exigências do mercado externo, principalmente em relação à padronização e à qualidade do produto. Desta forma, ocorre uma mudança na forma de beneficiar o chá. Uma delas foi por meio do processo de agrupamento via Cooperativa Agrícola de Cotia e outra solução foi vender a matéria-prima para uma indústria de maior porte. Essa indústria, a CHABRAS, é aquela que se associou ao capital americano - a Fleshman & Royal hoje, do grupo Nabisco.

No período de entre-guerras chegamos a ter 43 unidades domésticas de beneficiamento do chá e hoje, encontramos apenas seis unidades em funcionamento, obviamente, com maior capacidade de industrialização.

De início foram os produtores imigrantes e descendentes de japoneses que se dedicaram a esta cultura mas, já na década de 60, os brasileiros nativos iniciam-se nesta atividade sob orientação da CHABRAS que parte para uma nova relação de produção. Partem do princípio que não terão envolvimento com a terra sendo somente compradoras de matéria-prima. Nesse sentido arrematam os pequenos produtores de Registro e Pariquera-Açú para implantarem a cultura do chá e comercializarem a esta unidade industrial. O capital industrial determina neste momento a divisão social do trabalho e se insere num sistema produtivo até então essencialmente familiar, independente na comercialização da produção para algo que levará ao processo de dependência nas suas relações junto à indústria. Paralelamente outras unidades se desenvolvem mas em tamanho menor.

Uma outra unidade industrial regida sob o sistema cooperativista, localizada no município de Tapiraí (60km de Registro) se desmantela na década de 70 quando se adentra o capital estrangeiro (japonês) para produzir chá verde com o intuito de exportar a sua produção exclusivamente para o Japão. Trata-se da Green Tea Agroindustrial Ltda. Essa mesma empresa implanta uma nova indústria em Araucária (Grande Curitiba) e em São Miguel. Esta empresa apresenta características diferentes da CHABRAS pois, a própria firma mantém a sua lavoura de chá, industrializa e exporta para a sua matriz.

Essa entrada do capital externo na teicultura se deve às condições políticas existentes no país e a uma série de leis e decretos leis que beneficiavam as empresas estrangeiras. Entre elas

ficavam isentas ou então beneficiar-se-iam de reduções substanciais do imposto de importação de bens e equipamentos necessários e teriam também o direito de registrar esses bens como capital estrangeiro. “Acrescente-se a isso a isenção do imposto sobre operações financeiras em relação à créditos e seguros de mercadorias exportáveis e a redução do imposto de circulação sobre produtos exportáveis, para se ter uma idéia da magnitude dos fatores concedidos.”(Sampaio,1980:132)

Atualmente, em relação aos produtores de matéria-prima estão envolvidos os de origem japonesa e brasileira, mas ao nível industrial a maioria está nas mãos de japoneses e seus descendentes sejam eles de capital nacional ou estrangeiro.

QUE PRODUTORES SÃO ESSES?

A cultura do chá se consolidou no Vale do Ribeira com um certo sucesso, apesar de ter enfrentado e ainda enfrentar períodos de crise em função da própria política econômica do país, ou mesmo em decorrência dos baixos preços no mercado internacional.

O chá é uma cultura perene, com vida útil produtiva de mais de 50 anos, desde que tenha tratamentos culturais adequados. No Brasil, ainda que seja de implantação recente (cerca de 60 anos) nota-se que já está havendo a passagem desta atividade à geração seguinte. Para ilustrar esse fato, com base nas informações obtidas no local, dos 107 produtores entrevistados cerca de 56% residiam no bairro há mais de 40 anos e destes, 42% estão produzindo chá entre 30 e 40 anos. Em Registro predominam produtores de origem japonesa e em Pariquera-Açú são brasileiros. Hoje totalizam cerca de 750 produtores com aproximadamente 5000 hectares. Deste total de produtores verifica-se que a maioria é proprietária de suas terras (58,5%), 24% são arrendatários; 2,6% são parceiros e 14,7% são ocupantes. O tamanho das propriedades variam, mas predominam os de até 10 hectares. Este quadro fundiário tem influenciado, em parte, na atual situação sócio-econômica dos produtores de chá bem como nas relações sociais de produção vigentes entre eles. A terra é um elemento essencial na classificação das categorias de produtores, pois passa a gerar renda denominada renda da terra, renda territorial. Conforme as palavras de Oliveira (1984:94) seria o "lucro extraordinário, suplementar e permanente que um produtor passa a obter". Nesse sentido poderemos considerar dois níveis de produtor: os que auferem renda capitalista da terra e os que auferem renda não capitalista determinadas pelas relações sociais de produção estabelecidas no campo.

1. A unidade de produção capitalista

Consideraremos como produtor capitalista aquele cujo processo produtivo se desenvolve pela força de trabalho assalariada. Incluiremos aqui os industriais de chá que possuem suas próprias lavouras; o fornecedor de matéria-prima seja ele proprietário ou arrendatário. No caso das lavouras das indústrias de chá nota-se que todo o processo de produção é realizado por meio de assalariados. O número de trabalhadores das lavouras dessas agroindústrias chegava em 1992 a um total de 330 pessoas para aproximadamente 2100 hectares. Os arrendatários capitalistas tem o mesmo procedimento ou seja, utilizando-se da contratação de assalariados, mas paga ao dono da terra cerca de 20% do valor da sua produção. Para essa categoria de produtor poderemos citar as palavras de Martins (1983:160) : Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra". O arrendatário ao utilizar a mão-de-obra assalariada obtém no seu processo de produção a mais valia gerada pelo trabalho excedente do trabalhador e retira daí o percentual a ser pago

ao proprietário do chazal. Quando a indústria arrenda parte da sua lavoura estará auferindo a renda da terra, mediante o recebimento da taxa de 20% e ainda terá a garantia da entrega das folhas verdes, uma vez que a área de produção pertence de fato. É uma forma de abastecer sua indústria com matéria-prima retirada da sua propriedade, livre dos encargos sociais e das despesas inerentes ao processo produtivo. Como a indústria opera sob o sistema de assalariamento e de arrendamento, nota-se aí duas formas de acumulação de capital. Uma, através da mais valia obtida da força de trabalho assalariada e outra através da renda advinda do arrendatário.

2. Unidade de produção familiar

Consideramos para tal, o produtor, seja proprietário ou não de suas terras que no processo de produção, mantém basicamente a força de trabalho familiar. O produtor desta categoria diverge em relação ao capitalista uma vez que ele produz mercadoria para transformá-la em dinheiro permitindo-se assim, a aquisição de produtos para o seu sustento e o segundo entra com o dinheiro para produzir mercadoria e através da comercialização este passa a obter dinheiro aumentado (dinheiro aplicado, mais a mais valia). Na cultura do chá esse produtor que utiliza a mão-de-obra familiar eventualmente recorre ao sistema de troca de dia de serviço ou prática de ajuda mútua. Essa prática só ocorre nos períodos da colheita e da poda nas famílias com pouca disponibilidade de mão-de-obra. O dinheiro não entra nas relações que se estabelecem. Esta categoria de produtor predomina em 68%. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1985 (último dado oficial disponível) cerca de 56% dos produtores de chá estavam em propriedades com menos de 10 hectares. Ainda nesta categoria de produtor temos o rendeiro ou seja, aquele que arrenda pequenas áreas de chá cultivado para fazer os tratos culturais e colher com o intuito de complementar o seu orçamento advindos de outras atividades. Esses rendeiros representam cerca de 35% dos produtores de chá e, geralmente aparecem em maior número quando a produção está pouco rentável para o capitalista do chá. O percentual pago pelos rendeiros e/ou arrendatários ao dono da terra, tem como intermediária a própria indústria que recebe a matéria-prima; cada vez que o rendeiro entrega a sua mercadoria esse percentual já é descontado automaticamente, conforme demonstram os extratos de movimentação elaborados pela indústria.

COMO O PRODUTOR SE RELACIONA COM A INDÚSTRIA?

As folhas verdes do chá exigem que sejam processadas imediatamente após a colheita para que não se perca a qualidade das mesmas. Os produtores dependem destas indústrias para escoar a sua produção.

Há três tipos de agroindústrias do chá: uma que depende totalmente dos fornecedores; a outra que possui produção própria necessária para suprir a capacidade de beneficiamento e a outra que possui sua lavoura de chá mas complementa com a produção dos fornecedores.

Quando o industrial é o proprietário de terras com significativa área de produção poderemos dizer que esteja ocorrendo a territorialização do monopólio, do capital. É o caso da indústria japonesa que possui três áreas de chá cultivado cuja relação social de produção é via assalariamento com emprego de tecnologias modernas. Quando a indústria compra a matéria-prima dos produtores para suprir a sua capacidade industrial podemos dizer que está ocorrendo a monopolização do território. Ambos os casos ocorrem no Vale do Ribeira.

1. Formas de subordinação produtor-indústria

Qualquer que seja a categoria de produtor, capitalista ou não, no momento da comercialização este passa a se subordinar /depende das mais diversas formas ao capital industrial. O mercado é oligopsonia e o produtor fica subordinado a poucas indústrias.

a) Classificação das folhas verdes: Uma das principais formas de subordinação que o produtor se sujeita é no momento da classificação das folhas verdes. Quando o produto é levado para a indústria passa primeiramente pelo processo de pesagem e depois pela classificação das folhas. Em nenhum destes momentos o produtor está presente, ficando a critério do funcionário da indústria. É onde ocorrem muitos conflitos entre o produtor e a indústria mesmo que tenha alguns critérios básicos a seguir. Geralmente as folhas são classificadas no padrão médio.

b) Preço da matéria-prima: É praticamente impossível negociar, pois estão padronizados; todas as indústrias seguem o mesmo preço, sem dar opções para o fornecedor. Trata-se do poder de monopólio da maior indústria de chá que vai ditando as regras de comportamento aos industriais e sujeitando os fornecedores. Isto pode ser entendido como sendo o monopólio na circulação, onde cada vez mais no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo, as empresas absorvem os rendimentos do trabalho agrícola sujeitando a renda da terra ao capital por meio de "mecanismos praticamente compulsórios de comercialização das safras", conforme afirma Oliveira(1980:25)

c) Indústria e o capital financeiro: uma outra forma de subordinação ocorre quando a própria indústria faz o papel do capital financeiro ao fornecer insumos agrícolas e adiantamentos na entressafra ao pequeno produtor de chá, pois o grande tem financiamento direto nos bancos. Dentre os produtores entrevistados cerca de 80% adquirem adubo, via financiamento da indústria, ou seja, o pagamento é efetuado contra a entrega da matéria-prima durante a safra. Pode ocorrer do produtor não conseguir saldar suas dívidas durante a safra em função da péssima classificação das folhas verdes e da baixa produtividade da planta. Portanto, o capital financeiro e o capital industrial(este representado tanto pelas indústrias de fertilizantes quanto pela indústria de beneficiamento) são aqueles que vêm extraindo ao longo desses anos, parte da renda da terra dos produtores e principalmente, dos pequenos produtores de chá que têm como resultado do seu trabalho, única e exclusivamente a sua sobrevivência. Fica claro nesta análise que o ponto de estrangulamento nessa relação agricultura-indústria está na classificação das folhas verdes e nos seus preços, acrescido do financiamento dos fertilizantes, feito junto às indústrias.

Diante desta situação nota-se que muitos produtores se acomodaram ou então não tomaram consciência do seu papel enquanto produtor, levando muitas vezes a considerar a indústria como "patrão". Um dos produtores chegou a afirmar que "se o patrão não melhorar os preços vou parar de produzir." Para esse tipo de afirmação vem de encontro as colocações de Martins quando diz, que "apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no sul e sudeste, é que subrepticiamente as condições de existência do lavrador e de sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador fosse um assalariado do capitalista." Mesmo perdendo a sua "independência" o produtor pretende ficar com esta atividade pois, é uma planta perene que dependendo dos tratamentos culturais pode produzir o suficiente para a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, as indústrias que dependem do fornecimento da matéria-prima estão se empenhando em dar assistência técnica aos produtores para que estes consigam

melhorar a qualidade das folhas o que conseqüentemente levará à obtenção de um produto de qualidade superior para concorrer no mercado externo. Por outro lado, para uma indústria que depende 100% dos fornecedores é do seu interesse manter o produtor subordinado a ela, seja através do financiamento do adubo, seja prestando serviços durante a entressafra. Kautsky(1980:304), já no século passado, mencionava essa questão ao exemplificar o caso da casa Nestlé quando ele se refere aos fornecedores de leite para a indústria dizendo: "180 aldeias perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres." Portanto, a situação é de interdependência mas, muito mais forte do produtor para com a indústria.

O comportamento do mercado internacional é também um fator que tanto as indústrias quanto os produtores rurais tornam-se dependentes, pois os preços do chá são estabelecidos nos principais leilões internacionais como a de Londres e de Calcutá. A oscilação muito brusca dos preços deve-se aos insucessos da safra dos principais países produtores ou por problemas de política internacional quando alguns países embargam o comércio daquele produto. Como a Índia é a maior produtora de chá preto, o comportamento da produção desse país praticamente impõe os preços a nível mundial.

A agroindústria reflete assim uma situação comum ao campo brasileiro, imprimindo nas condições sócio-econômicas do produtor marcas da subordinação à indústria, com suas conseqüências indiretas na reordenação da paisagem agrícola.

COMO SUPERAR A CRISE?

Em função da incompatibilidade entre os preços da matéria-prima e os custos de produção na teicultura, tanto o pequeno produtor familiar, quanto o produtor capitalista estão há cerca de 10 anos partindo para culturas alternativas, para suprir as despesas do chazal. Os produtores de chá estão partindo para diversificação de culturas uma vez que a monocultura é um risco, é insegura. Para tanto, os produtores estão cultivando plantas frutíferas como o maracujá e a tangerina. Estas culturas são consideradas como "renda complementar" uma vez que estas pagam as despesas do chá. Os produtores de chá declaram que "o maracujá é custeado em parte com o dinheiro do chá e na entressafra do chá o maracujá cobre as despesas." A comercialização é feita por meio dos intermediários residentes no local que levam o produto para o CEASA de São Paulo. Nota-se aí o papel do intermediário, que para o produtor é um mal necessário. Esta forma de comercialização nada mais é do que um monopólio praticado pelo capital comercial.

Sendo o chá uma cultura perene e que pode ser passada de geração a geração, o abandono total da cultura do chá não tem sido comum. Seja o capital se territorializando seja monopolizando o território nota-se que a teicultura tem marcada a paisagem dos municípios de Registro e Pariquera-Açú.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se dizer que economicamente a teicultura significou para a área uma nova perspectiva que juntamente com a bananicultura, marcou a paisagem, relegando as culturas tradicionais a um segundo plano. Hoje, a paisagem rural na porção sul do município de Registro e norte de Pariquera-Açu, os chazais se intercalam entre as inúmeras habitações, muito próximas uma das outras, refletindo a concentração de pequenas propriedades. Esta paisagem apresenta interrupções onde se localizam as unidades industriais e seus respectivos chazais que são homogêneos e contínuos, entremeados por algumas residências dos funcionários da fábrica e/ou trabalhadores do campo. Entretanto, essa homogeneidade da paisagem está sofrendo algumas alterações em função da introdução das culturas alternativas. A área sofreu um processo de re(ordenação) do território.

Na cultura do chá, contrariamente ao que afirmam alguns autores, estudiosos da agricultura em geral, a categoria de pequenos produtores vem se mantendo e até se expandindo nos últimos anos. Pelo fato do chá ter um caráter perene, é uma atividade que vem fixando o homem ao campo e isso é admitido pelos próprios produtores da área. Mesmo com as culturas alternativas, os produtores não pretendem abandonar o chá por completo. A situação de instabilidade na teicultura não está distante da crise vivida no conjunto da agricultura brasileira e fica claro que a falta de uma política agrícola e agrária no país contribui muito para esse quadro que se apresenta.

BIBLIOGRAFIA

- BAIARDI, Amílcar. Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- DELGADO, Guilherme da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil, Campinas, 1985.
- ETGES, Virginia E. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. São Paulo, USP, 1989. Dissertação de mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, USP, 1989.
- GIARRACA, Norma. Complejos agroindustriales y la subordinacion del campesinado. Algunas reflexiones y el caso de los tabacaleros mexicanos. Estudios rurales latinoamericanos. Bogotá, v.8, n.1, 21-39, ene./abr. 1985.
- HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. S.Paulo. T.A. Queiroz/ Centro de Estudos Nipo-brasileiros. 1987. p.334-361: A instalação do núcleo de Iguape, Katsura, Registro e Sete Barras.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária, São Paulo, Proposta Editorial, 1980.
- MARTINS, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1983.
- MISDORP, Sheila. Argentina: Tea and coffee report. Tea & Coffee Trade Journal v.164, n.6, p.48-50. New York, jun. 1992.
- NOGUEIRA, Arlinda R. A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista(1908-1922), São Paulo, 1973.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).
- _____ A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Terra Livre. S.Paulo, n.1, p.26-38, 1986.
- _____ Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, S.Paulo, n.58, p.5-64, 1980.
- PETRONE, P. A Baixada do Ribeira. Boletim n.283, Geografia (14) S.Paulo, FFLCH-USP, 1966.
- SANTOS, José Vicente T. dos. Colonos do vinho- estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital, São Paulo, HUCITEC, 1978.
- SAMPAIO, Plínio. Capital estrangeiro e agricultura no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1980.
- SORJ, B.; POMPERMAYER, M. ; CORADINI, O.L. Camponeses e agroindústria, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção, São Paulo, HUCITEC, Salvador, CEPA/BA, 1986.